

ENSINO DE FILOSOFIA PARA SURDOS

[TEACHING PHILOSOPHY FOR THE DEAF PEOPLE]

Danilma Medeiros GarciaE-mail: danilmagarcia@hotmail.com

OCID 0000-0003-2891-5379

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba (2010). Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, UEPB. Tem experiência na área de Filosofia. Mestranda pelo Programa Prof-Filo/UFCG- Universidade Federal de Campina Grande-PB.

Valter Ferreira RodriguesE-mail: valter.rodrigues@ce.ufpb.br

ORCID 0000-0002-3371-9084

Professor Adjunto no Departamento de Fundamentação da Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa). Docente do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), Núcleo Campina Grande. Pesquisador Associado do Laboratório de Pesquisa em Filosofia Prática e Aplicada da Universidade do Egen (Rodes/Grécia). Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Áreas de interesse: Ensino de Filosofia (Filosofia e Ensino; Prática de Ensino de Filosofia) e Filosofia da Educação (Fundamentos Antropofilosóficos da Educação).

DOI: [10.25244/tf.v13i2.2607](https://doi.org/10.25244/tf.v13i2.2607)

Recebido em: 02 de março de 2020. Aprovado em: 01/04/2020

Caicó, ano 13, n. 2, 2020, p. 141-153

ISSN 1984-5561 - DOI: [10.25244/tf.v13i2.2607](https://doi.org/10.25244/tf.v13i2.2607)

Dossiê Afroperspectivismo e o Ensino de Filosofia



DOI: [10.25244/uf.v13i2.2607](https://doi.org/10.25244/uf.v13i2.2607)

Ensino de filosofia para surdos

GARCIA, Danilma Medeiros; RODRIGUES, Valter Ferreira

Resumo: Este artigo busca analisar como se dá o processo de inclusão da pessoa surda no contexto escolar do Ensino Médio, no sentido de entender e contribuir ao esclarecimento do (da) surdo (a) e do (da) ouvinte, como sendo sujeitos da própria realidade vivida e construída, viabilizando assim, uma convivência mais justa e harmônica. Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa venha contribuir de forma relevante para a formação e conscientização dos (as) alunos (as) e do corpo integrante da comunidade escolar, devendo assim, abrir no ambiente educacional, possibilidades de discussões e mobilizações no intuito de incentivar a interação entre os estudantes independentemente das diferenças, construindo um espaço de diálogo na sociedade, para com isso desenvolver uma nova consciência, a partir das contribuições da filosofia e seu ensino com alunos (as) surdos (a), na tentativa de aproximação da cultura surda com os múltiplos acontecimentos cotidianos, a partir das possibilidades de encontros entre as diferenças.

Palavras-chave: Inclusão. Surdos. Ensino de Filosofia.

Abstract: This article analyses how the process of inclusion of the deaf person in the High School occurs, in order to understand and to contribute with the comprehension of the deaf as someone who is subject of his/her own life and reality as a necessity of a harmonic and fear coexistence. In this sense, it this research seeks to contribute in a relevant way to the education and awareness of students and members of the school community to the possibilities of discussions and mobilizations in the educational environment in order to encourage interaction between students regardless of differences, building a space for dialogue in society. Based on the contributions of Philosophy and its teaching with deaf students, in an attempt to get closer of deaf culture with multiple dalily events, from the possibilities of encounters between differences.

Keywords: Inclusion. Deaf. Teaching of Philosophy.

INTRODUÇÃO

O referido artigo deriva de uma pesquisa de mestrado em andamento, pelo Programa Prof - Filo, Mestrado Profissional em Filosofia, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. O trabalho analisa, a partir da prática presente em nossa sala de aula, na Escola Estadual Normal Dom Expedito Eduardo de Oliveira, na cidade de Patos – PB, quais as possibilidades do filosofar com surdos (as). Dessa forma, pretende-se investigar de que maneiras pode-se desenvolver esse processo filosófico na sala de aula, a partir da interação com o outro, com o deficiente auditivo, levando em conta esta construção, a partir das experiências individuais, que são se tornam múltiplas.

O ensino de filosofia com os (as) surdos (as) se apresenta como possibilidade de enfrentamento às opiniões “e às fáceis certezas daqueles que tudo sabem” Gallo, (2017, p. 49). Daqueles que ao longo da história segregaram os humanos, na tentativa de impor um único pensamento. A pesquisa dissertativa se lança na procura de novas maneiras de se construir o filosofar com estudantes surdos (as), para além daquilo que é colocado pela instituição escolar.

Para isso, pensaremos a educação partir do conceito criado por Sílvia Gallo de “educação menor”. Segundo o autor, a educação menor seria aquela realizada na sala de aula, longe dos olhares dos coordenadores, do diretor, é aquela educação ensaiada no dia a dia, que se revolta contra as macropolíticas, que instituem os modelos ideais voltados ao ensino-aprendizagem, ela é máquina de resistência. Nas palavras de Gallo, (2017, p. 64-65).

Uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistências às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como toca do rato, o buraco do cão. Sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e de militância.

Diferentemente da educação institucionalizada, daquela “dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes” Gallo, (2017, p. 64), a educação menor apresenta-se como possibilidade de criação com alunos (as) surdos (as), pretende a partir dos problemas, procurar possíveis soluções e essas podem ser criadas no campo de luta, que é a sala de aula. A filosofia aqui se apresenta como instrumento criativo, abrindo espaço para a criação conceitual, já que essa é sua finalidade como nos diz Deleuze e Guattari que nos mostra a filosofia como a única que cria conceitos, “porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los” Deleuze e Guattari, (2010, p. 42) e a filosofia na sala de aula, não tem a pretensão de controlar o que se aprende, muito menos de impor verdades prontas aos alunos (as), mas sim, de empreender agenciamentos coletivos que subvertam a ordem instituída dos modelos que continuam tentando representar os padrões “socialmente corretos”.

Filosofar a partir da deficiência, da diferença, criando conceitos a partir dos problemas diários. A dinâmica da sala de aula possibilita que essa educação menor se desenvolva com os (as) surdos (as), pois ela permite a experimentação, a aproximação com a cultura surda e com os

DOI: 10.25244/uf.v13i2.2607

Ensino de filosofia para surdos

GARCIA, Danilma Medeiros; RODRIGUES, Valter Ferreira

vários modos de pensar. Consiste com isso, em dar voz ao aluno (a) surdo (a). Segundo Gallo, (2017, p.69), “a educação menor é uma oposta nas multiplicidades, [...]. Assim, todo ato singular se coletiviza e todo ato coletivo se singulariza”.

A pesquisa nos leva a questionar sobre o tipo de filosofia lançada na escola, sobre esse ensino fechado, que tenta por assim dizer, colocar rédeas, como se isso fosse possível, na educação que é experimentada e vivenciada dentro da escola, cotidianamente nos encontros entre professores e alunos. A educação maior apresentada por Gallo, se volta exatamente para a tentativa de controle seja na instituição escolar, seja ao indivíduo. Para Gallo (2017, p. 65) a “educação maior como máquina de controle pressupõe que ao ensino corresponda uma aprendizagem”. Ensinar e aprender ultrapassam as órbitas do controle, podemos citar Deleuze (2006a, p. 237-238).

Nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender - que amores tornam alguém bom em Latim, por meio de que encontros se é filósofo, em que dicionários se aprende a pensar. Os limites das faculdades se encaixam uns nos outros sob a forma quebrada daquilo que traz e transmite a diferença. Não há método para encontrar tesouros nem para aprender, mas um violento adestramento, uma cultura ou *paideia* que percorre inteiramente todo o indivíduo (um albino em que nasce o ato de sentir na sensibilidade, um afásico em que nasce a fala na linguagem, um acéfalo em que nasce pensar no pensamento). O método é o meio de saber quem regula a colaboração de todas as faculdades; além disso, ele é a manifestação de um senso comum ou realização de uma *Cogitatio natura* pressupondo uma boa vontade como uma “decisão premeditada” do pensador. Mas a cultura é o movimento de aprender, a aventura do involuntário, encadeando uma sensibilidade, uma memória, depois de um pensamento, com todas as violências e crueldades necessárias, dizia Nietzsche, justamente para “adestrar um povo de pensadores”; “fazer um adestramento de espírito”.

A educação com surdos, se apresenta nesse processo, de invenção diária, no fazer-se no caminho. Não se sabe quem, como ou que os estudantes vão apreender, o que importa de fato é o movimento. A filosofia presente no ensino regular, precisa se fazer resistência, como ato de singularidade, de permanência, frente às imposições que chegam de cima para baixo. O (a) aluno (a) surdo (a), como o outro, como o diferente, nas palavras de Skliar (2003, p. 29):

“o outro já foi suficientemente massacrado. Ignorado. Silenciado. Assimilado. Industrializado. Globalizado. Cibernetizado. Protegido. Envolto. Excluído. Expulso. Incluído. Integrado. E novamente assassinado. Violentado. Obscurecido. Branqueado. Anormalizado. Excessivamente normalizado. E voltou a ficar fora e ficar dentro. A viver em uma porta giratória. O outro já foi observado e nomeado o bastante como para que possamos ser tão impunes ao mencioná-lo e observá-lo novamente”.

Filosofar com surdos, abre possibilidades de fazer a educação menor proposta por Gallo, desterritorializando as ideias que sempre representaram os modelos corretos e únicos. A multiplicidade é o que existe, por isso é preciso resistir a partir das diferenças, agindo ali mesmo na sala de aula, desconstruindo para possivelmente reconstruir ou não, o que importa é “fazer rizoma”. Pois segundo Gallo (2017, p. 70), “Resistir à cooptação, resistir a ser incorporado; manter acesa a chama da revolta, manter em dia o orgulho da minoridade”.

Nenhuma mudança no mundo é fácil de acontecer, não ocorre da noite para o dia. As grandes conquistas da humanidade, em qualquer área do desenvolvimento, tomam tempo e exigem disciplina, força e coragem. No entanto, são justamente essas mudanças, por mais difíceis que sejam que tornam cada vez melhores os seres humanos, enquanto povo. A inclusão escolar, até bem pouco tempo, não era um assunto de Estado. Hoje, depois de muitas lutas e reivindicações tornou-se a ser. Logo, muitas são as polêmicas em relação ao tema, especificamente quando diz respeito ao acesso das pessoas com surdez à escola comum. Quase como num campo de batalha, a inclusão está em luta constante por sua permanência na escola, mas já podemos perceber os pequenos saltos que foram dados ao longo do tempo. Para tanto, entende-se que o espaço escolar é um ambiente bastante apropriado para construir laços de interação e respeito às diferenças, viabilizando uma convivência pautada na justiça, na harmonia e nas oportunidades de aprendizagem.

Sabe-se que a inclusão de educandos com deficiência, inclusive a surdez, no sistema regular de ensino, tem sido sem dúvida, um dos grandes entraves encontrados sobre os referenciais da Educação Especial, haja vista que essa temática se tornou restrita aos debates e discussões. Porém, atualmente, amparada pela legislação em vigor, LDB, cap. V (Da educação especial), esse tema tornou-se bastante peculiar e determinante nas políticas públicas educacionais para a aquisição do conhecimento a partir da inclusão e interação dessas demandas. Uma vez que, se percebe a importância de atuar e conviver diariamente com pessoas com deficiências dentro da sociedade. Nesse sentido, o intuito de trabalhar esse objeto, ajudará a criar possibilidades e estratégias na convivência com esse grupo, na tentativa de quebrar paradigmas até então pré-estabelecidos, que dificultam a interação entre os indivíduos dentro e fora da escola.

Hoje a inclusão é um tema que está em evidência nas mais diversas áreas e, portanto, a concepção de deficiência vem se modificando historicamente, ao passo que as condições sociais são alteradas pela ação do próprio homem. Desse modo, o estudo busca analisar e compreender como se apresenta a inclusão do indivíduo surdo e suas implicações no cenário da educação básica, assim como também sua participação como sujeito ativo no espaço escolar. Tentando com isso, despertar a consciência através de uma educação filosófica, onde cada um se perceba no ambiente que está inserido, levando em conta com sua importância no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, esse estudo, pretende contribuir de forma relevante para a formação do docente no enfrentamento dos desafios encontrados nos diferentes espaços escolares, construindo uma percepção crítica e reflexiva, de modo especial na interação da pessoa surda com os demais agentes sociais, favorecendo aos indivíduos com alguma deficiência, que se reconheçam como ser dinâmico socialmente.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola, historicamente se caracterizou como uma instituição destinada à escolarização como privilégio de um grupo, excluindo aqueles que não podiam ter acesso e condições de frequentá-la. Nesse contexto, não foi diferente para as pessoas com deficiências, essa exclusão perdurou por muito tempo e acarretou grandes problemas sociais o que evidencia o paradoxo de incluir/excluir.

Em relação a Educação Especial, Brasil (2005, p.30) no Capítulo V, da LDB, quando trata do Art. 58 diz que, “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Durante muito tempo as pessoas com deficiências eram atendidas em escolas especializadas, segregando-as à integração com a sociedade civil. No entanto, a importância desse tema emergiu a medida que a própria sociedade se deu conta de que pessoas com necessidades especiais são sujeitos que carregam potencialidades e precisam da contribuição da educação escolar como todos, pois são indivíduos capazes de progredir ao seu tempo e ritmo.

Atualmente o termo inclusão vem sendo bastante discutido, não somente quando se fala de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, mas também quando se discute outras questões acerca da inclusão digital, social, econômica, entre outras. Sobre esse termo Sasaki (2006, p.41) explica que é,

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Dessa forma, a educação inclusiva tem o propósito de contribuir democraticamente para a integração das pessoas com necessidades especiais em classes comuns, no entanto, questionar-se-á: será que o fato de incluir pessoas com necessidades especiais numa escola regular, estará mesmo esse indivíduo, tendo as mesmas oportunidades que as pessoas que não apresentam as mesmas deficiências? À que diz respeito à palavra “inclusão”? Segundo Ferreira & Martins (2007, p.22):

Inclusão diz respeito a melhorar a escola para todos (as) e combater todas as formas de exclusão, segregação e discriminação no contexto escolar. Ao mesmo tempo, inclusão diz respeito à promoção de oportunidades igualitárias de

DOI: [10.25244/uf.v13i2.2607](https://doi.org/10.25244/uf.v13i2.2607)

Ensino de filosofia para surdos

GARCIA, Danilma Medeiros; RODRIGUES, Valter Ferreira

participação. Numa escala inclusiva, todos (as) são considerados iguais e têm o mesmo valor. Assim, a escala que é inclusiva está em contínuo processo de mudança para assegurar o acolhimento de cada um dos alunos ou dos membros da comunidade à escolarização, bem como sua aprendizagem.

Desse modo, as escolas devem assegurar os direitos de igualdade e responsabilidade social as pessoas que possuem alguma necessidade especial para que se sintam incluídas numa escola acolhedora, pelos estudantes, como também pelos outros diversos membros da comunidade. A importância da inclusão escolar, como meio de acolhimento e incentivo à promoção do outro, do aluno (a) deficiente, precisa ser encarada com seriedade, com clareza, para não acontecer simplesmente a falsa ideia de inclusão, aluno (a) na escola, não significa que este está incluído, é necessário mais, é preciso disposição e vontade por parte daqueles que são responsáveis frente ao trabalho, pelo desenvolvimento e participação de todos na escola.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PESSOA SURDA NO ENSINO MÉDIO

Sabe-se que no Brasil existe uma grande demanda de pessoas com deficiências, aqui será dada atenção especial as pessoas com deficiência auditiva.

A esse respeito, destaca-se que a educação de surdos ao longo da história sofreu uma série de variações e interpretações que na atualidade não seriam admitidas, mas como sempre as teorias sofrem interferências e modificações, o mesmo aconteceu com a educação de surdos.

Há tempos atrás, a sociedade classificava as pessoas surdas, somente a partir de características consideradas por eles, os ouvintes, como negativas. Segundo Goldfeld (1997), os surdos (as) eram vistos como aqueles que inspiravam sentimentos de pena, eram castigados pelos deuses ou eram enfeitiçados. Conforme Guarinello (2007), Aristóteles (384-322 a.C), difundia que as pessoas surdas não podiam expressar nenhuma palavra e que, para atingir a consciência humana, a fala e a audição eram o canal mais importante para o aprendizado. Essa ideia permaneceu por séculos sem questionamentos.

A partir do século XVI, inicia-se o processo sobre as primeiras informações de indivíduos interessados pela educação de pessoas surdas. Muitas metodologias começaram a aparecer, algumas baseava-se em técnicas orais, outras se utilizavam de sinais. O monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584), desenvolve uma metodologia (representação manual do alfabeto), criando também uma escola na Espanha para pessoas surdas.

Já na década de 1960 do século XX, ascendeu outros estudos sobre a necessidade de se utilizar línguas de sinais para a comunicação entre as pessoas surdas. Com isso, em 1760, o abade de L'epée conheceu duas irmãs surdas que se comunicavam por meio de sinais, desde então, passou a se dedicar ao desenvolvimento de uma pedagogia de ensino da linguagem (gestual e escrita), por meio de sinais. Foi a partir daí que os estudos do abade De L'Epée constituiu a caracterização de uma língua de sinais utilizada por pessoas surdas.

Esse período, também foi marcado pelo surgimento de outros métodos de ensino e esses não priorizavam as línguas se sinais, dando ênfase a língua oral. Surge assim, na Alemanha, com Samuel Heinick, o método conhecido como oralismo. Aqui, mesmo utilizando-se de alguns poucos sinais, o que prevalecia era desenvolver a fala das pessoas surdas.

Em fins do século XIX, a língua de sinais se propagava e o método oral ganhava força. Alexander Graham Bell, o mais importante defensor do Oralismo, participou e exerceu grande influência no Congresso de Milão, em 1880. Vale ressaltar que nenhum surdo que estava presente, teve direito ao voto. Com a realização do Congresso, houve uma completa mudança nos rumos da educação de surdos, onde ficou decidido, por uma maioria de pessoas ouvintes, que a língua oral seria utilizada na educação e no ensino dos surdos, em substituição da língua de sinais, tal momento tornou-se um marco histórico de rupturas entre a linguagem gestual nas instituições educacionais.

Nesse ínterim, outros estudiosos, como Willian Stokoe demonstrou interesse em estudar do ponto de vista linguístico a língua de sinais. Com isso, Stokoe conseguiu atribuir uma grande importância à língua de sinais como sendo verdadeiras línguas, preenchendo os requisitos que a linguística colocava apenas para as línguas orais.

Para Sassaki (2006, p.29) “[...] a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto que a inclusão propõe a inserção total”. Com isso, os adolescentes com deficiência auditiva devem ter as mesmas oportunidades e direitos de aprendizagem no ambiente escolar. Assim, a escola e os professores deverão adotar uma perspectiva de ensino no contexto da inclusão.

Dentre os documentos oficiais que são destacados para abordar a inclusão de estudantes com deficiência auditiva na rede pública de ensino, de acordo com Ferreira, (2012, p.158) se destacam:

Lei de LIBRAS (Lei 10.436, de 24/12/2002) e respectivo Decreto Lei 5.626 de 02/12/2004, que a regulamenta e inclui a LIBRAS como componente curricular nos cursos de formação de professores de Magistério (nível médio) e superior (licenciaturas) e também a formação nos cursos de Fonoaudiologia, formação de LIBRAS em nível de graduação universitária e de instrutor de LIBRAS em nível médio. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Portaria SEESP/MEC 948/2007, de 07/12/2008), cujo objetivo é orientar políticas públicas estaduais e municipais de inclusão no território nacional, por meio da implantação na rede do ‘atendimento educacional especializado’ [AEE].

Outro documento importante que faz referência a inclusão educacional é a Declaração de Salamanca (1994) que é uma Resolução das Nações Unidas a qual faz uma abordagem sobre os princípios políticos e a prática em Educação Especial, considerada mundialmente como um dos parâmetros mais importantes sobre Educação para Todos.

Acerca dessa discussão, se faz necessário esforço e dedicação por parte da instituição escolar e dos órgãos responsáveis por garantir e assegurar assistência adequada a essa demanda, assim como também de todos os indivíduos envolvidos ou não na esfera educacional.

EDUCAÇÃO FILOSÓFICA E A SURDEZ

A educação institucional assim como a filosofia, sofreu ao longo dos tempos mudanças, passou por transformações. A história da surdez, os desafios, os problemas e as vitórias pelo qual enfrentou o deficiente auditivo, se mostram hoje, ainda como desafio. Todas as questões expostas nesse estudo, passam por enfrentamentos diários, sejam estes na escola, nas empresas, na rua, na vida familiar de cada surdo (a) e ainda não desapareceram, seguem firmes, mesmo não sendo mais tão fortes.

Entretanto, convém lembrar que dentre os mais variados motivos de exclusão já citados, também se percebe uma desaprovação da pessoa surda em relação a ela mesma, ao que ela conhece, ao que ela é capaz de fazer, isso acontece devido a castração da exposição de suas próprias ideias, de suas opiniões, por parte daqueles que “escutam” e se sentem superiores.

Levando em consideração esses aspectos, trazemos à tona, a importância da educação filosófica nesse processo de inclusão da pessoa surda para dentro dela mesma. Voltar-se para si, não simplesmente com uma aceitação vitimizada da condição de deficiente, mas como busca de um resgate a partir do pensamento filosófico, das possibilidades e características que são inerentes a cada um e que precisam ser descobertas, apoiadas na reflexão, das múltiplas capacidades e porque não dizer, dos talentos, que cada indivíduo carrega consigo, independente daquilo que lhe falta ao corpo físico. As pessoas com deficiência, nesse caso a auditiva, a partir de Rancière (2018, p. 79)

[...] se habitua a aprender pelos olhos de outrem. As circunstâncias se diversificam e ela desenvolve as capacidades intelectuais que lhe são solicitadas. [...] eles desenvolvem a inteligência que suas necessidades e circunstâncias exigem. Ali onde a necessidade cessa, a inteligência repousa, a menos que uma vontade mais forte se faça ouvir.

Com isso, a educação filosófica aspira ao encaminhamento de uma leitura diferente do surdo, a partir dele mesmo, do apontar caminhos menos mecânicos e mais espontâneos, que se baseie numa cultura de inteligência voltada ao crescimento autônomo. Dessa maneira, a participação da filosofia, no ensino médio, se apresenta como um dos veículos a conduzir o aluno (a) surdo (a) à descoberta de si, do seu papel, através da reflexão, já que segundo Rancière, (2018, p.73) “todas as inteligências são diferentes”. Em consequência disso, pode-se ratificar que todas as pessoas têm sua inteligência, necessitando com isso de estímulo, de provocação. E é isso que a filosofia como disciplina na escola, pretende despertar, a introspecção de si, do sujeito surdo (a), para que o processo de inclusão comece a partir do reconhecimento próprio de cada um, como ser apto a movimentar-se por escolha própria.

O fazer educacional e suas ações inclusivas estão correlacionadas aos diversos segmentos sociais, entre eles, aos aspectos culturais, econômicos e as políticas de inclusão. Nesse contexto, entende-se que as práticas de integração quando repensadas simultaneamente, conseguem surtir

um efeito bastante eficaz no processo de construção e assimilação do conhecimento, levando à interação no ambiente escolar.

De acordo com Brasil (2001) nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, como destaca a Resolução do CNE nº 02/2001, “[...] a escola poderá contar com serviços de apoio pedagógico especializado, seja sob a forma de salas de recursos, seja de professores intérpretes ou de apoio fixo nas turmas que mantiverem educandos com deficiência”.

Como se percebe, a Lei garante apoio especializado que consiste em um trabalho de complementação curricular, visando ao enriquecimento das atividades que são desenvolvidas no ambiente escolar. É importante ressaltar que o educador precisa de apoio para que o trabalho não conduza a desmotivação ou centralidade de atenção entre os discentes, haja vista que, os estudantes devem ter o mesmo tratamento, a partir de suas peculiaridades, que são inerentes ao convívio em sala de aula. Neste sentido, as escolas que fazem opção em trabalhar a partir das orientações de educação inclusiva, de acordo com a UNESCO (1994, p.11-12):

[...] devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos e alunas, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas de utilização de recursos e de uma cooperação com respectivas comunidades.

Ou seja, a escola inclusiva enquanto instituição precisa repensar as adaptações e práticas ao realizar as atividades cotidianas, onde todos possam participar e colaborar, com exercícios que propiciem a maior integração entre os educandos, desenvolvendo com isso, que não exista competição entre eles, e sim, onde o estudante seja estimulado a olhar para dentro de si mesmo, procurando romper obstáculos, tendo em seus colegas uma fonte de apoio para isso.

Devido à crescente expansão do movimento de inclusão escolar, aumenta também o número de estudantes com necessidades educacionais especiais na escola, pois antes, estes em grande maioria, ficavam escondidos pelos pais dentro de casa.

Quando se volta ao contexto comum do Ensino Médio com alunos (as) surdos (as), percebe-se o quanto se faz necessário analisar as condições oferecidas aos mesmos, e também aos que não possuem deficiências físicas visíveis, essa relação se faz importante, pois permite a observação de quais condições são oferecidas para que o (a) surdo (a) aprenda realmente e se sinta à vontade no ambiente escolar para se desenvolver da melhor maneira possível.

Sabendo que os estudantes surdos quando inseridos na escola regular, enfrentam muitos entraves no que diz respeito à aprendizagem, pode-se destacar: dificuldade na comunicação com seus colegas e professores ouvintes; proibição em algumas situações, ao uso da Língua de Sinais; uso comum pelos colegas e professores da oralidade; falta de acesso aos componentes curriculares com ênfase na língua oral; desconhecimento por parte dos professores e colegas ouvintes das especificidades sobre a surdez; a falta de formação dos professores para ensinar a estudantes surdos e o uso de procedimentos inadequados, como por exemplo, aulas apenas explicativas sem nenhuma ilustração sobre o conteúdo, não se utiliza de mecanismos visuais, somente orais, tudo isso somado é responsável em algumas situações, pelo fracasso escolar desses alunos (as) surdos (as).

Portanto, o estudante que tem uma deficiência seja qual for, nesse caso especificamente a surdez, precisa de metodologias que o ajudem a se desenvolver, relacionando os conteúdos de alfabetização e ensino, de maneira diferenciada dos ouvintes, como por exemplo, utilizar no currículo questões de ordem social, política e cultural, pertencentes à comunidade surda, pois com isso, seria trabalhado não só os pré-requisitos das disciplinas como português, matemática, filosofia, história, entre outras, como também seriam apresentadas informações que tem a ver com a realidade vivida pelo surdo no seu cotidiano.

A escola como um todo, deve se posicionar, refletindo numa educação para a diversidade e pluralidade, que conduza todos os estudantes a terem oportunidades iguais, para assim, desenvolverem seus potenciais. Vale ressaltar que, a partir do momento que se reconhece as diferenças sociais e culturais, isso resulta na não marginalização dos estudantes deficientes auditivos.

A inclusão, sendo discutida nos diferentes setores da educação brasileira, precisaria que também fosse praticada de maneira que proporcionasse um sentido legítimo ao seu público alvo, para tanto, seria viável a participação de todo corpo educativo na elaboração de propostas e currículos direcionados a comunidade surda, para com isso, abrir novas possibilidades e olhares para essa estrutura escolar que já está pronta, que foi elaborada para um único tipo de alunos (as), “os normais” e possui dificuldades de apresentar mudanças, capaz de acolher a todos. O que se propõe é que diante das dificuldades, os indivíduos que fazem escola hoje, sejam capazes de acolher a todos, buscando um redirecionamento, reorganizando, visando uma educação de qualidade e acima de tudo atuando a partir de propostas significativas para a vida das pessoas a partir da escuta do outro, da tradução da palavra sinalizada.

CONCLUSÃO

Na história da Educação Especial no Brasil, os estudantes com deficiência passaram por várias etapas até chegar a esse processo de inclusão, assim sendo, é notório perceber que no decorrer do percurso, as mudanças e avanços, em meio aos entraves enfrentados por essa demanda, sem sombra de dúvidas, trouxeram contribuições significativas e construtivas, pautadas em políticas públicas engajadas na melhoria e na acessibilidade desse grupo que antes era esquecido.

O processo de escolarização dos educandos com deficiência tem desafiado os espaços escolares a construir novas e/ou outras lógicas de ensino e de aprendizagem. Diante disso, a formação continuada em processo tem se configurado como uma possibilidade de pensar as ações escolares e os processos de escolarização dos sujeitos que são público-alvo da educação.

A Educação Inclusiva propõe mudanças não só na política, mas essencialmente, na prática educativa, na aceitação da diversidade, na provisão de serviços de apoio, promovendo assim, oportunidade aos educandos com deficiência, de frequentarem a mesma escola regular que os que escutam e a terem os mesmos direitos que os estudantes ouvintes de sua comunidade, tornando-os sujeitos ativos, minimizando quaisquer tipos de discriminações.

Sendo assim, as discussões transcorridas se fazem necessárias para uma reflexão acerca dessas pessoas, que tanto se encontram as margens de uma educação pública que é garantida por

lei. Não obstante, foi apresentado um estudo que pretende desenvolver estratégias para alcançar caminhos que levem a escola e a comunidade a buscar seus direitos e reconhecerem seus deveres, frente à cidadania e dignidade, voltados principalmente a enxergar o diferente fora de mim, mas que também está em mim. Espera-se que essas iniciativas sirvam para motivar e ajudar os indivíduos a procurarem a partir das discussões, uma tomada de consciência sobre seu papel e seu lugar no mundo, fazendo com que os questionamentos e reflexões despertem a consciência para que cada um se veja como ser responsável dentro do contexto social a que está inserido.

A Filosofia como parte do currículo escolar, vem contribuir com os encontros entre o pensamento filosófico, as situações vividas pelos indivíduos surdos (as) e as várias discussões sobre as questões que envolvem a sociedade como um todo. O retorno da Filosofia na escola, oportuniza o despertar uma visão múltipla entre as relações individuais, para que a partir do coletivo, possamos fazer da sala de aula, campo de embate, de luta, de busca entre as minorias, compreendendo que o diferente rompe com o padrão hegemônico, construído social e culturalmente.

A partir disso, os questionamentos da pesquisa, pretende conduzir reflexões sobre as possibilidades do filosofar com alunos (as) surdos (as), a partir dos encontros na sala de aula, abrindo espaço para se pensar o pensamento de diversas maneiras, abandonando assim, as regras pré-estabelecidas ao longo da história, desterritorializando a concepção de surdez como falta, para reconhecer a partir das contribuições filosóficas, seu lugar e seu significado como diferença.

Filosofar com surdos (as) implica na possibilidade de re-criação de entendimentos, a partir das situações presentes no dia a dia, dos problemas individuais. Despertando com isso pensamentos sobre a educação se contrapondo aos modelos representativos existentes, tomados a partir da ideia de conhecimento arborescente, que segundo Gallo (2017, p. 73) “implica uma hierarquização do saber, como forma de mediatizar e regular o fluxo de informações pelos caminhos internos da árvore do conhecimento”.

A perspectiva arbórea, remete à unidade, aquele conhecimento sem abertura ao diverso, já o rizoma liga-se a multiplicidade, pois Gallo (2017, p 76) “nunca há *um* rizoma, mas rizomas; [...], o rizoma, sempre aberto, faz proliferar pensamentos”. Levando em conta o pensamento a partir das multiplicidades, permite o surgimento de encontros nas aulas de filosofia entre estudantes surdos (as), desencadeando com isso, enfrentamentos à ordem vigente instituída da educação maior, dos “mecanismos de controle”. Gallo (2017, p. 81) nos alerta com isso que o controle social, exercido pela educação, “acontece nas ações mais insuspeitas”.

Em outras palavras, a proposta do ensino de filosofia com alunos surdos (as), quebra podemos dizer assim, as normas escolares, já que as instituições de ensino com seus currículos prontos e acabados, exigem que os estudantes e os demais membros escolares, se adaptem e aceitem o que é colocado, com isso a questão do poder hierarquizado educacionalmente, devasta aqueles alunos (as) que não acompanham os métodos e acabam criando com isso mecanismos separatistas, com a falsa ilusão de que o aprender e o ensinar são vias de mão dupla.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/ CEB, 2001c.

DOI: 10.25244/uf.v13i2.2607

Ensino de filosofia para surdos

GARCIA, Danilma Medeiros; RODRIGUES, Valter Ferreira

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

DELEUZE, Gilles (2006a). **Diferença e repetição**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix 1925-1995. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010 (3ª Edição)

FERREIRA, Windyz Brazão. **Diversidade e direitos humanos na educação infantil**. Coleção Mandala. 2012.

FERREIRA, Windyz B.; MARTINS, Regina Coeli B. **De docente para docente: práticas de ensino para a diversidade na educação básica**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & a educação**/ Sílvio Gallo. - 3. ed.; 2. Reimp. - Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Pexus, 1997.

GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante-cinco lições sobre a emancipação intelectual** /Jacques Ranciere; tradução de Lílian do Vale-3. Ed. 7. Reimp.-Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SASSAKI. Romeu Kazumi. **Escola inclusiva: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade Salamanca. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acessado em: 29/10/2020.